

INSTITUCIONALISMO VEBLENIANO E A ECONOMIA FEMINISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Bibiana Poche Florio – UFSM – bibianaflorio@gmail.com

Giuliano Manera Longhi – UFSM - rafaelvilarinho@live.com

Rafael Bastos Vilarinho – UFSM - giuliano.longhi@hotmail.com

Área Temática: Temas Especiais

RESUMO

Neste artigo, busca-se fazer uma relação entre a Economia Institucional vebleniana e a Economia Feminista e demonstrar como o patriarcado conseguiu sobreviver como instituição e como ele ainda deve ser combatido na atualidade. Tanto a Economia Feminista como a Economia Institucional incitam uma reflexão mais profunda sobre os modelos universais que a economia tradicional promove. Por isto, o estudo sobre como o patriarcado influenciou não só o modo de se entender os processos econômicos - mas como de se entender a própria Economia - deve ser percebido como fruto de um longo período de construção de identidade e hábitos de pensar compartilhados – como sugere a Economia Institucional. Como sugeriu Veblen, a sociedade industrial contribui para questionar estes modelos patriarcais – bem como a propriedade privada, em geral – e a Economia Feminista é fruto destes questionamentos sobre as regras a serem seguidas. Tanto a Economia Feminista como a Economia Institucional incitam uma reflexão mais profunda sobre os modelos universais que a economia tradicional promove. Por isto, o estudo sobre como o patriarcado influenciou não só o modo de se entender os processos econômicos - mas como de se entender a própria Economia - deve ser percebido como fruto de um longo período de construção de identidade e hábitos de pensar compartilhados – como sugere a Economia Institucional. Neste artigo, busca-se fazer uma relação entre a Economia Institucional vebleniana e a Economia Feminista e demonstrar como o patriarcado conseguiu sobreviver como instituição e como ele ainda deve ser combatido na atualidade. Dividimos o artigo em três seções: 1) Instituições e Economia Evolucionária, onde apresenta-se o que se considera por instituições e como a Economia Institucional pode ser entendida como Economia Evolucionária; 2) Racionalidade, Cognição e Estrutura Social, onde discorremos o que entendemos por os hábitos de pensar compartilhados e como esses são assimilados e transmitidos; 3) O Papel do Patriarcado e a Economia Feminista; apresentamos os argumentos apresentados por Veblen para justificar a perpetuação do patriarcado e expomos como a Economia Feminista – corrente teórica recente – está atuando para combatê-lo.

Palavras-chave: Economia Evolucionária; Economia Institucional, Economia Feminista, patriarcado

INTRODUÇÃO

A Economia Institucional tem seu início com os trabalhos de Thorstein Veblen no final do século XIX nos Estados Unidos – no qual passava seu processo de industrialização. Veblen defendia que a ciência econômica deveria se beneficiar de outras ciências - como a Psicologia, a Antropologia e a História – para melhorar seu entendimento das sociedades e como estas se desenvolvem e interagem.

Veblen teve influência da Escola Histórica Germânica que criticava à economia política inglesa (Smith e Ricardo) e não fomentava que a Economia poderia assumir teoremas que fossem universalmente válidos. Essa corrente de pensamento enfatizava as peculiaridades nas histórias de desenvolvimento das nações, as relações com o meio, o espírito cultural e o potencial das mesmas. Não há interesse apenas no indivíduo, mas sim no sistema como um todo e, por isto, Veblen entende, então, que o estudo da História é extremamente válido para a Economia, mesmo que estas sejam grandes descrições – diferente do formalismo tradicional.

O papel da mulher é discutido por Veblen, associando Economia e História, e este logra demonstrar como estas foram subjugadas através de gerações. Elas foram sendo transformadas em um tipo de propriedade que é mantida pela instituição do patriarcado – bem como estão no processo de formação da classe ociosa. Neste sentido, a Economia Institucional consegue abarcar como o patriarcado sobrevive por séculos, interferindo na vida social e nos modos de pensar e agir de homens e mulheres.

O movimento feminista busca superar a condição de desvantagem que as mulheres foram historicamente colocadas. A Economia Feminista tem demonstrado como apenas as atividades masculinas foram consideradas ao se estudar a ciência econômica, bem como o padrão de se estudar – modelos e métodos – assumiram um padrão masculino. Esta corrente teórica procura ampliar, assim, o escopo de análise econômica – abrangendo o gênero¹ feminino e masculino.

Neste artigo, busca-se fazer uma relação entre a Economia Institucional vebleniana e a Economia Feminista e demonstrar como o patriarcado conseguiu sobreviver como instituição e como ele ainda deve ser combatido na atualidade. Dividimos o artigo em três seções: 1) Instituições e Economia Evolucionária, onde apresenta-se o que se considera por instituições e como a Economia Institucional pode ser entendida como Economia Evolucionária; 2)

¹ Gênero e sexo são conceitos distintos. Sexo é um conceito biológico, enquanto que gênero é um conceito socialmente construído, onde se atribui características ao que se entende por masculino e feminino, sem necessariamente ser homem ou mulher; é o papel social construído.

Racionalidade, Cognição e Estrutura Social, onde discorremos o que entendemos por os hábitos de pensar compartilhados e como esses são assimilados e transmitidos; 3) O Papel do Patriarcado e a Economia Feminista; apresentamos os argumentos apresentados por Veblen para justificar a perpetuação do patriarcado e expomos como a Economia Feminista – corrente teórica recente – está atuando para combater-lo.

1. INSTITUIÇÕES E ECONOMIA EVOLUCIONÁRIA

A Economia Evolucionária admite que as condições materiais e sociais evoluem com o passar do tempo; o que vai de encontro com as suposições universais amplamente assumidas por grande parte dos economistas. As instituições – admitidas neste trabalho e discutidas em seguida – são onde condições sociais que podem carregar certos padrões de conduta econômica – mas, que também são passíveis de mudança.

Em seu artigo *Why is economics not an evolutionary science?*, Veblen (1898) questiona por que a ciência econômica não se beneficia das novas descobertas que áreas como Antropologia, Biologia, Psicologia e História estavam fazendo e que beneficiavam as ciências sociais como um todo. Veblen critica a insistência dos economistas se apegarem a dados e às quantificações de modo geral, sem se preocupar ao contexto que estes estão inseridos.

Os grandes desejos dos líderes evolucionistas - se eles têm grandes desejos como líderes - são, por um lado, a sua recusa em voltar da pálida sequência de fenômenos e buscar um plano mais elevado para suas conclusões finais e, por outro lado, usar dessa essa pálida sequência impessoal de causa e efeito para usar para a teoria propriamente dita, em virtude de seu caráter cumulativo. (VEBLEN, 1898, p.378)

Os economistas evolucionários (ou institucionalistas) deveriam, para Veblen, por um lado, refutar uma simples sequência de causa e efeito e procurar uma síntese melhor dos acontecimentos; por outro lado, deveriam utilizar esta sequência impessoal de causa e efeito para uma teoria própria, em razão do seu caráter cumulativo.

É no material humano que se procura a continuidade do desenvolvimento; e é aqui, portanto, que as forças motrizes do processo de desenvolvimento econômico devem ser estudadas para serem estudadas em ação. A ação econômica deve ser o assunto da ciência para que a ciência se enquadre como uma ciência evolutiva. (Veblen, 1898, p.388)

Seria o material humano em que estaria aprisionado a continuidade do desenvolvimento e este seria, portanto, o motor do processo de desenvolvimento econômico a ser estudado. A ação econômica deveria ser tema de uma ciência evolucionária.

A história de vida econômica do indivíduo é um processo cumulativo de adaptação de meios a fins que cumulativamente mudam à medida que o processo prossegue, tanto o agente como seu

ambiente sendo em qualquer ponto o resultado do processo passado. Seus métodos de vida hoje são impostos sobre ele por seus hábitos de vida carregados de ontem e pelas circunstâncias deixadas como o resíduo mecânico da vida de ontem. (Veblen, 1898, p.391)

Veblen salienta que os hábitos dos indivíduos são reforçados pelo cotidiano. Esse hábito faz parte de uma história de vida econômica que foi realizada a partir de um processo cumulativo de mudanças e adaptações do passado. As mudanças econômicas que ocorrem em um indivíduo costumam vir acompanhadas em mudanças de hábitos de pensar da comunidade que este indivíduo está inserido. Ademais, a “história da vida econômica de qualquer comunidade é a sua história de vida, na medida em que é moldada pelo interesse dos homens nos meios materiais de vida” (VEBLEN, 1898, p.392), isto é, as mudanças que ocorrem em um grupo social carregam interesses que foram moldados por seus indivíduos.

...uma economia evolucionária deve ser a teoria de um processo de crescimento cultural determinado pelo interesse econômico, uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas, expressa em termos do próprio processo (Veblen, 1898, p.393)

A Economia Evolucionária se foca em estudar o processo que determina o interesse econômico; é um estudo da própria sequência cumulativa de instituições econômicas. As instituições - e suas regras - estruturam interações sociais e, por isto, são objeto de estudo da Economia Evolucionária.

As instituições guardam em si um princípio comum que é, em maior ou menor graus, controle dos indivíduos bem como o incentivo à aptidão deste. Este processo gera perdas e ganhos a outros indivíduos, mas, como Hodgson (2006, p.13) afirma, com exceção da linguagem, todas as instituições dependem das demais. Então, quando um indivíduo se beneficia de certa instituição, quiçá outro esteja sendo prejudicado e vice-versa.

As instituições restringem e permitem o comportamento. A existência de regras implica restrições. No entanto, tal restrição pode abrir possibilidades: pode permitir escolhas e ações que de outra forma não existiriam. Por exemplo: as regras da linguagem nos permitem comunicar; as regras de trânsito ajudam o tráfego a fluir mais facilmente e com segurança. (HODGSON, 2006, p.2)

As instituições e as regras que as integram, como argumenta Hodgson, agem ao mesmo tempo repreendendo como também incentivando os indivíduos a agir conforme o objetivo daquelas. “As regras incluem normas de comportamento e convenções sociais, bem como regras legais” (HODGSON, 2006, p.3). Estas regras são socialmente transmitidas entre os grupos e podem passar de geração em geração para a preservação da instituição – como no caso do patriarcado.

No sentido vebleniano, instituições funcionam porque estas regras são envoltas pelos hábitos compartilhados de pensar dos indivíduos. “A aquisição de hábitos (ou habituação) é o

mecanismo psicológico que forma a base de muitos comportamentos de seguimento de regras” (HODGSON, 2006, p.6), isto é, o hábito é organismo primário para que as instituições funcionem e se perpetuem. Para o processo de conformação de um hábito ocorra é necessário certo tipo de racionalidade exista e convirja para isto.

2. RACIONALIDADE, COGNIÇÃO E ESTRUTURA SOCIAL

Para que certos comportamentos e hábitos sejam passados de geração em geração e resistam ao tempo, certos modos de pensar e agir são institucionalizados. Isto se deve a diversos fatores como o sentimento de pertencimento à uma comunidade e a identidade que esta carrega, por exemplo. Nesta seção discorreremos como “regras do jogo”, tomadas de decisão e comportamentos podem ser assegurados e reproduzidos dentro de sociedades ocidentais em geral.

Em seu artigo *Rationality as Process and as Product of Thought*, Simon (1978) critica a racionalidade maximizadora amplamente reconhecida e tomada como dada na ciência econômica. O autor argumenta sobre dois tipos de racionalidade: a substantiva e a processual; sendo a primeira referente ao comportamento e a racionalidade maximizadora e auto-interessada, enquanto que a segunda se refere à uma racionalidade que aprende e “tateia” as novas situações que se apresentam.

... devemos dar conta não apenas da racionalidade substantiva - a medida em que são escolhidos cursos de ação apropriados - mas também da racionalidade processual - a eficácia, à luz dos poderes e limitações cognitivas humanos, dos procedimentos usados para escolher as ações. À medida que a economia avança em direção a situações de crescente complexidade cognitiva, ela se torna cada vez mais preocupada com a capacidade dos atores para lidar com a complexidade e, portanto, com os aspectos processuais da racionalidade. (SIMON, 1978, p.8)

Simon argumenta em prol de uma ampliação da racionalidade considerada. O autor descarta a maximização para se trabalhar com o que é possível e viável. Já que os indivíduos agem em um mundo cada vez mais complexo e interligado, é preciso se pensar a racionalidade de forma expandida - para que esta possa refletir os problemas que a realidade possui em circunstâncias dinâmicas.

A partir de uma concepção mais ampla de racionalidade, March (1994) discorre sobre como se tomam decisões. Quando se discute a tomada de decisão a partir da regra a ser seguida (*rule following*), ele afirma (1994, p.57) que nem sempre as preferências – como normalmente são concebidas - nem expectativas sobre o futuro entram de forma direta no cálculo. “O seguimento da regra [*rule following*] baseia-se numa lógica de adequação” (MARCH, 1994, p.58), isto é, a regra a ser seguida segue uma lógica de adequação (ou

apropriação), nem sempre sendo o que cada indivíduo escolheria de melhor para si. Este indivíduo está inserido em uma sociedade ou grupo social e para se manter nele tem que seguir “regras do jogo” para ser aceito e usufruir das possíveis benesses de se estar neste grupo.

O processo não é aleatório, arbitrário ou trivial. É sistemático, racional e muitas vezes bastante complicado. Nesses aspectos, a lógica da adequação é bastante comparável à lógica das consequências. Mas o processo de decisão baseado em regras prossegue de uma forma diferente da tomada de decisão racional. O processo de raciocínio é estabelecido por identidades e regras de correspondência para situações reconhecidas. (MARCH, 1994, p. 58)

O processo de ser parte de um grupo não é, portanto, aleatório e é frequentemente complicado de ser estabelecido. A lógica de adequação é tão sistêmica quanto a lógica das consequências. Porém, a lógica das consequências é uma identidade dentre as diversas que existem na lógica de adequação.

Os decisores (*decisions makers*) utilizam processos de reconhecimento para classificar situações; eles usam processos de autoconsciência para esclarecer identidades; eles usam processos de busca e recuperação para combinar regras apropriadas com situações e identidades. O processo é facilmente reconhecido como instrumentos padrão de comportamento humano inteligente. São processos de ação racional, mas são bastante diferentes do processo de análise racional [da lógica da consequência]. (MARCH, 1994, p.61)

Para se tomar decisões é preciso, então, se identificar. Para se identificar, os indivíduos se utilizam de processos de reconhecimento; eles classificam mentalmente como certas regras se adequam a certas situações e identidades. Como citado, o processo é um instrumento padrão do comportamento humano inteligente. Este processo de tomada de decisão tem uma ação fundamentada, mesmo sendo diferente do que se conhece por processo de análise racional.

Para os teóricos da escolha de consequência [*consequential choice*] , as regras são restrições derivadas da ação racional em um nível mais elevado. Para os teóricos do seguimento de regras, a escolha consequencial é simplesmente uma das muitas regras possíveis que podem ser evocadas e seguidas quando julgadas apropriadas (MARCH, 1994, p.102)

A lógica de adequação e a lógica de consequência são diferentes, mas ambas são lógicas racionais. Enquanto a primeira encoraja a discussão sobre situações, identidade e regras, a segunda incita o debate sobre preferências e expectativas (MARCH, 1994, p.101).

Sob a lógica de adequação, argumenta-se que os grupos facilitam a construção de uma identidade dando certos tipos de recompensa aos indivíduos que se comportam como se espera, bem como penalizam comportamentos que não condizem com a identidade compartilhada (MARCH, 1994, p.64). Isto é, aqueles que não seguem a racionalidade compartilhada pelo grupo – não reafirmam a identidade - sofrem sanções que podem levar até

mesmo a sua exclusão. De maneira geral, este processo dá-se de forma pouco consciente do processo em si, tanto que o indivíduo internaliza modos de agir sem maiores questionamentos já que é como as “regras do jogo” daquela comunidade funcionam.

Um indivíduo "internaliza" uma identidade, aceitando-a e perseguindo-a mesmo sem a presença de incentivos ou sanções externas. A identidade é protegida por uma consciência e por emoções como orgulho, vergonha e constrangimento. Reações sociais ao comportamento inadequado incluem acusações de imoralidade e falta de propriedade. A vergonha e a culpa são componentes importantes do controle social baseado em uma lógica de adequação. Os tomadores de decisão podem violar uma lógica de consequência e ser considerados estúpidos e ingênuos, mas se violarem as obrigações morais da identidade, serão condenados como carentes de virtudes elementares. (MARCH, 1994, p.65)

Nota-se que o modo de agir e pensar compartilhado está interligado com noções de moralidade que o grupo possui. Quando o indivíduo rompe a lógica da consequência poderá parecer estúpido ou ingênuo; mas, quando este rompe a lógica de adequação, ele rompe a própria lógica do grupo e será visto como um pária perante o resto.

À medida que os indivíduos observam e interpretam seus próprios comportamentos, eles constroem motivos internos (identidades internalizadas) onde os motivos externos coercitivos (identidades contratuais) são inadequados para explicar seu comportamento. Fortes ameaças externas ou recompensas dramáticas podem ser usadas para explicar o comportamento sem a necessidade de compromisso interno, por isso não conseguem estimular a internalização. As identidades internalizadas provavelmente serão imaginadas (e assim formadas) onde os incentivos externos são fracos. (MARCH, 1994, p.66)

Identidades que são internalizadas são consideradas “normais” e por isto fáceis de serem imaginadas pelos indivíduos do grupo. Enquanto que ideias novas externas ao cotidiano e aos hábitos de pensar compartilhados são de difícil assimilação, pois estariam fora desta “normalidade” típica a identidade do grupo social. Está “normalidade” também pode ser entendida como “regras do jogo” (ou *rule following*), onde cada grupo social terá o seu próprio.

A identidade do grupo não significa certeza de ação dos indivíduos, pois este pode apresentar mais de uma identidade, mesmo quando os grupos sociais no qual pertence têm lógicas de consequência que possam se chocar eventualmente. Por princípio, então, o indivíduo não maximiza – a não ser por acaso – já que possui mais de uma identidade, ao participar de diversos espaços da sociedade com diferentes funções.

Os indivíduos também aprendem e isto contribui para que os grupos sociais evoluam e se transformem com o passar do tempo. March (1994, p.84) aponta três características principais das experiências que são particularmente relevantes para o aprendizado. Primeiramente, interpretações tendem a conservar crenças, isto é, a experiência é interpretada

a partir de um ponto que sustenta conhecimentos prévios e, portanto, tende a manter o *status quo* de hábitos de pensar compartilhados. Segundo, indivíduos usam teorias causais simples para interpretar experiências e, assim, associam ações e resultados por sua proximidade tempo-espacial. Assumem, por exemplo, que causas podem ser encontradas aos arredores do fato. Terceiro, a interpretação da experiência é uma interpretação social, ou seja, ideias sobre causas de eventos são desenvolvidas e compartilhadas com uma rede de conexões sociais. Indivíduos elaboram o entendimento de um fato seguindo um padrão socialmente aprovado.

A aprendizagem é um processo em que é necessário a confirmação do grupo. Este processo é semelhante aos demais que ocorrem, onde nem sempre a melhor ideia é assimilada, mas sim, a que mais agrada e convence àquele grupo social. “As regras seguidas hoje não são simplesmente uma solução para algum tipo de problema de otimização envolvendo o ambiente atual, mas são uma representação interativa e dependente de trajetória de uma história de regras de coevolução.” (MARCH, 1994, p.96)

As regras a serem seguidas não são rígidas, apesar de seguirem certa coerência com o passar do tempo. De forma geral, os indivíduos tomadores de decisão – e seguidores de regras – interagem entre os membros do grupo e entre estes e outros grupos sociais e; por isso, as regras evoluem, bem como os hábitos compartilhados dentro de certa identidade.

Cabe salientar que não há necessariamente uma oposição entre racionalidade e costumes – advindos de grupos sociais reconhecidamente “tradicionais”, por exemplo – pois, mesmo estes possuem uma racionalidade. Grupos que perpetuam instituições como o patriarcado e hábitos compartilhados de pensar sexistas, por exemplo, seguem alguma racionalidade.

3. O PAPEL DO PATRIARCADO E A ECONOMIA FEMINISTA

O patriarcado é uma instituição que se perpetua através dos séculos. Esta instituição afeta diretamente a vida das pessoas bem como suas interações econômicas destas. Esta instituição ao mesmo tempo que restringe a existência dos indivíduos, os habilita a ter um papel – devidamente definido – na sociedade. Nesta seção, discorreremos como o patriarcado se sustentou com o passar do tempo, pelo viés da obra vebleniana, além de evidenciarmos como a Economia Feminista está buscando superá-lo na análise econômica. A partir de descrições históricas evolucionárias, em sua obra *The Theory of the Leisure Class*, de 1899, Veblen busca explicar especialmente sobre o surgimento da propriedade privada e a classe ociosa, bem como sobre o tratamento desigual empregado a diferentes grupos de pessoas – salienta-se que o papel da mulher nesse processo não é o foco da obra, mas o tangencia e é perpassado em diversos trechos.

Veblen inicia sua narração evolutiva falando do modo de vida bárbaro – ou guerreiro – onde o “trabalho dos homens na cultura bárbara inferior não é menos indispensável à vida do grupo do que o trabalho feito pelas mulheres.” (VEBLEN, 2003, p. 6). No período de sociedade primitiva ambos os sexos tinham, então, uma importância vital para o bem comum da comunidade. No entanto, mesmo igualmente importantes, o trabalho que o homem bárbaro realiza é de uma eficácia e de uma dignidade que não se comparariam ao trabalho rotineiro realizado pelas mulheres.

A instituição da classe ociosa é a consequência de uma discriminação precoce entre empregos, segundo a qual alguns empregos são dignos e outros indignos. Sob esta antiga distinção os empregos dignos são aqueles que podem ser classificados como explorador; indignos são aqueles empregos cotidianos necessários aos quais não entra qualquer elemento apreciável de exploração. (VEBLEN, 2003, p.7-8)

Veblen insinua que o surgimento de uma classe ociosa é consequência de uma diferenciação bem previamente estabelecida, onde entre muitas funções se estabelecem as que são dignas e as que não são. As funções dignas pressupõem grandes façanhas e as indignas são aquelas associadas ao trabalho diário e rotineiro – que não sugira proeza do indivíduo.

A distinção entre exploração e trabalho penoso coincide com uma diferença entre os sexos. Os sexos diferem, não só em estatura e força muscular, mas talvez ainda mais decisivamente em temperamento, e isso deve ter dado início a uma correspondente divisão do trabalho. A gama geral de atividades que estão sob a cabeça de exploração cai para os machos como sendo os mais corpulentos, mais maciços, melhor capazes de uma tensão súbita e violenta, e mais prontamente inclinado a auto asserção, emulação ativa e agressão. [...] Um processo cumulativo de adaptação seletiva à nova distribuição de empregos se estabelecerá, especialmente se o habitat ou a fauna com os quais o grupo está em contato é tal que exige um exercício considerável das virtudes mais fortes. A busca habitual do jogo grande requer mais das qualidades masculinas de tamanho de massa muscular, agilidade, e ferocidade, e conseqüentemente pode apressar e alargar a diferenciação das funções entre os sexos. (VEBLEN, 2003, p. 11)

A diferença biológica dos sexos e as funções que cada um tinham inicialmente coincidiu, conforme Veblen, com a visão de proeza e trabalhos pouco louvável. A partir disto, toda função que não gere elogios e reconhecimento – como ganhar guerras² e competições, geral - se torna um trabalho indigno ao homem bárbaro. Dessa forma uma tradição começa a se constituir bem como suas regras de conduta. Todo o trabalho associado a rotina é, assim, visto como pouco importante e por isto é designado às mulheres³.

² “A capacidade coletiva guerreiro se torna a questão mais importante a ocupar as mentes dos homens e fornece o ponto de vista de que as pessoas e seu comportamento é avaliado. O esquema da vida de um tal grupo é, em essência, um esquema de exploração. Grande parte deste ponto de vista pode ser encontrado nas vistas do senso comum das populações modernas.” (VEBLEN; CASADO, 1999, p. 357)

³ “Esta atribuição de sujidade cerimonial com base na sua fraqueza persiste na cultura posterior em forma de sentimento de indignidade ou inadequação levítica das mulheres; assim, mesmo agora que percebemos a falta de decoro das mulheres que são iguais aos homens ou representam a comunidade em qualquer relação que exige a dignidade ou a concorrência ritual; como, por exemplo, ofícios sacerdotais ou encargos civis diplomáticas, ou

A diferenciação precoce, da qual surge a distinção entre a classe operária e a classe operária, é uma divisão mantida entre o trabalho masculino e feminino nos estágios inferiores da barbárie. Da mesma forma, a forma mais antiga de propriedade é a propriedade das mulheres pelos homens capazes da comunidade. Os fatos podem ser expressos em termos mais gerais. E mais verdadeiro para a importação da teoria bárbara da vida, dizendo que é uma propriedade da mulher pelo homem. (VEBLEN, 2003, p.17)

Pelo caráter competitivo e pela necessidade de realização de proezas, os homens – após a definição de diferenças laborais – necessitam demonstrar seu status a partir de fatos materiais e por isto surge a propriedade. Veblen argumenta que a forma mais primitiva de propriedade é a que os homens têm sob às mulheres. Quando os homens se apropriam de forma violenta das mulheres de outros – provavelmente inimigos -, ocorre uma utilização das mulheres como troféus.

A prática de prender mulheres do inimigo como troféus, deu origem a uma forma de propriedade-casamento, resultando em um lar com o líder masculino. Isto foi seguido por uma extensão da escravidão de outros cativos e indivíduos considerados inferiores, além de mulheres. O resultado da emulação, em contraste com as circunstâncias de uma vida predatória, tem sido, por um lado, uma forma de casamento baseado na coerção e, por outro lado, o costume de propriedade. As duas instituições não se distinguem na fase inicial do seu desenvolvimento; ambos surgem do desejo dos homens bem sucedidos de colocar suas proezas em evidência, exibindo algum resultado durável de suas façanhas. Ambos também estimulam essa propensão para o domínio que permeia todas as comunidades predatórias. (VEBLEN, 2003, p.18)

A busca pela admiração dos demais, no modo de vida predatório, gera um casamento-propriedade⁴. Este é fundado a partir da coerção e também pelo costume da propriedade. No período inicial do desenvolvimento das sociedades, as duas características são sobrepostas e não há como se notar diferenças. A relação coercitiva e desigual chega a tal ponto que não é questionada e é tomada como natural – mesmo sendo fruto de hábitos das comunidades:

A disciplina de vida predatória provoca uma atitude de superioridade por homens saudáveis em todas as relações com o mais fraco do grupo, e especialmente em suas relações com membros femininos. Homens que são formados em formas predatórias de vida e do pensamento chegam a aprender, por força do hábito, que esta forma de relacionamento entre os sexos é boa e bela. (VEBLEN; CASADO, 1999, p.358)

mesmo representativas e, por razões semelhantes, as posições dos empregados domésticos e manobristas que têm um caráter cerimonial importante, como lacaios, mordomos, etc.” (VEBLEN; CASADO, 1999, p. 356-357)

⁴ “...todos os homens que querem estar bem considerados por seus iguais necessitam unir-se a uma ou a várias mulheres mediante os laços honráveis da captura. Para ocupar uma posição decente na comunidade, um homem deve estabelecer a vitoriosa e honora relação do matrimônio-propriedade; a relação de matrimônio publicamente reconhecida que carece da sanção da captura passa a ser indigna dos homens sãos; mas, à medida que o grupo aumenta de tamanho, cresce também a dificuldade de possuir mulheres mediante captura [...] ...é necessário alterar o status das mulheres casadas dentro do grupo mediante uma captura mímica ou cerimonial. A captura cerimonial serve para situar a mulher livre na classe mais aceitável de mulheres unidas mediante os laços de coerção a um dono e, assim, proporciona legitimidade e decência ritual a relação de matrimônio resultante.” (VEBLEN; CASADO, 1999, p.359)

O lugar que o homem tem na sociedade patriarcal é produto de emulação entre os mesmos - da comunidade guerreira, por exemplo. Sendo uma sociedade predatória, a propriedade e o controle das mulheres é uma evidência gratificante da destreza e da alta posição que homem possui. Assim, quanto maior o número de mulheres subjugadas por um homem, maior será a posição deste perante a comunidade (VEBLEN; CASADO, 1999, p.360).

No modo de vida industrial, o padrão dos costumes é mantido, onde o que é relacionado à proeza é destinado aos homens enquanto os trabalhos rotineiros – como trabalhos domésticos e cuidados com a vida familiar e privada – são trabalhos identificados como pertencentes ao sexo feminino. Os hábitos de pensar compartilhados sobre o papel de cada gênero foi assimilado, então, durante muito tempo e por isto se torna tão difícil de ser transformado – mesmo havendo tanta produção e aprofundamento nos estudos sociais.

Os diferentes graus de facilidade com que diferentes hábitos são formados por pessoas diferentes, assim como os diversos graus de relutância com que diferentes hábitos são abandonados, resulta que a formação de hábitos específicos não é uma questão de comprimento de habitação simplesmente. Traços herdados de temperamento e habilidades contam tanto quanto para o cumprimento de habitação em decidir se o intervalo de hábitos virá a dominar qualquer esquema de vida. E o tipo predominante de competências transmissíveis, ou em outras palavras o tipo de temperamento que pertence ao elemento étnico dominante em qualquer comunidade, refere-se sobre onde escolher e qual será o alcance e a forma de expressão do processo de vida normal da comunidade. (VEBLEN, 2003, p.73)

Veblen salienta como se torna complicado e relutante transformar os hábitos, além que eles não se relacionam a simples questão de duração. Tendências e temperamentos herdados tem muito a dizer sobre escopo e forma de expressão dos hábitos da vida em comunidade. Aplicando ao caso da formação e manutenção do patriarcado, nota-se que esta instituição é muito mais importante para a manutenção de admiração e demonstração de proezas do que se considera nos estudos de sociedade.

Veblen, contudo, defende que com o aprofundamento da sociedade industrial, produz-se certo relaxamento dos laços coercitivos familiares e de comunidade - isto se decorreria de uma recente liberdade industrial. O laço indissolúvel entre matrimônio e propriedade parece, então, estar experimentando uma grande decadência. Os hábitos de pensar fomentados pela era industrial moderna não seriam, em geral, favoráveis à manutenção de instituição matrimônio-propriedade e o status feminino derivado desta. (VEBLEN; CASADO, 1999, p. 361). Neste sentido, a sociedade industrial fomenta outros tipos de relações bem como a superação da relação coercitiva que dos homens sobre às mulheres.

A Economia Feminista surge neste ambiente de questionamentos e tentativa de superação de hábitos de pensar compartilhados – aqui resumidos na instituição patriarcado.

Procura-se, a partir desta abordagem, superar um modo androcêntrico de se estudar a ciência econômica. A teoria e a prática econômica estariam viesadas por esta maneira de se pesquisar bem como entender esta ciência. “A questão de modelos econômicos sobrepõe-se com a questão de como a economia é definido como uma disciplina.” (NELSON, 1995, p.460). Salienta-se que as intelectuais dessa corrente, como aponta Nelson (1995, p. 455), argumentam que não se busca fazer uma Economia “feminina”, onde se estudaria “o outro lado” que foi negligenciado na História Econômica. A intenção é estudar a sociedade abrangendo a diversidade de relações com diferentes indivíduos que esta possui, isto é, a Economia Feminista busca incluir parâmetros de gênero até, então, não considerados na abordagem econômica.

Quando se adota que o indivíduo, que é reconhecido pelo *mainstream* econômico, como racional maximizador, auto-interessado e otimizador de escolhas perante restrições externas, Nelson (1995, p.459) afirma que os economistas carregam em si o “homem cogumelo” – termo advindo de Hobbes quando este considera o homem maduro surgido do nada na face da Terra, sem antecedentes históricos, sem compromissos prévios. Este “homem cogumelo” é como na história de Robison Crusoe, onde este não possui infância, não teve dependência de ninguém e não possui responsabilidade além dele mesmo: “Homens interagem economicamente sem serem influenciados pela sociedade.” (NELSON, 1995, p.459).

Além disso, o indivíduo considerado por grande parte dos economistas estaria negando a importância de outras áreas – como elementos históricos e psicológicos – para a análise econômica e, de modo geral, negando os processos de identidade que compõem os indivíduos.

Os estudiosos feministas sugerem que a economia se tornou menos útil implicitamente refletindo um ideal distorcido da masculinidade em seus modelos, método, tópicos e pedagogia. Os estudiosos feministas argumentam que o uso de uma gama mais ampla de ferramentas para estudar e ensinar sobre um território mais amplo da atividade econômica tornaria a economia uma disciplina mais produtiva tanto para os praticantes do sexo masculino quanto feminino. (NELSON, 1995, p. 471)

O modelo distorcido de masculinidade, que afeta homens e mulheres, influencia o modo de se estudar e compreender Economia. Assim, a Economia Feminista busca superar este modo viesado de se entender esta ciência. Para isto, esta corrente se habilita com um número superior ferramentas para que o escopo de análise seja ampliado e melhor compreendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado como instituição – e por isto carregado de hábitos e processos de identidade- serve para manter uma ordem. Os séculos se passaram, estudos sobre a vida em sociedade – políticos e econômicos – desenvolveram-se, contudo, a instituição patriarcado se sustentou. E com isto, o modo limitado e viesado de se enxergar a sociedade também se manteve.

A Economia Feminista busca encontrar alternativas para superação deste modo de se enxergar os processos econômicos – perpassados com hábitos de pensar típicos do patriarcado. Esta abordagem sugere, assim, aumentar a gama de ferramentas disponíveis para se estudar relações econômicas. Argumenta-se também que a Economia Feminista possui pontos de intersecção com a Economia Institucional, já que ambos procuram analisar os processos nos quais uma instituição sobrevive.

Como sugeriu Veblen, a sociedade industrial contribui para questionar estes modelos patriarcais – bem como a propriedade privada, em geral – e a Economia Feminista é fruto destes questionamentos sobre as regras a serem seguidas. Tanto a Economia Feminista como a Economia Institucional incitam uma reflexão mais profunda sobre os modelos universais que a economia tradicional promove. Por isto, o estudo sobre como o patriarcado influenciou não só o modo de se entender os processos econômicos - mas como de se entender a própria Economia - deve ser percebido como fruto de um longo período de construção de identidade e hábitos de pensar compartilhados – como sugere a Economia Institucional.

REFERÊNCIAS

HODGSON, G. M.. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Vol XL, Nº 1, March 2006.

MARCH, J. G.. **A primer on decision making**: how decisions happen. The Free Press, 1994.

NELSON, Julie A. (1995). Feminism and Economics. In: HAUSMAN, Daniel (ed.). **The Philosophy of Economics: an anthology**. New York: Cambridge University Press, 2008.

SIMON, H. A.. Rationality as a Process and as a Product of Thought. **American Economic Association**, v. 68, n.2, May 1978.

VEBLEN, T. **The Theory of the Leisure Class**. The Pennsylvania State University, 2003.

_____. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics** 22, 1998 p. 403-414.

VEBLEN, Thorstein; CASADO, Ma Teresa. El estatus bárbaro de las mujeres. **Reis**, n. 86, p. 355-363, 1999.